

ASSOCIAÇÃO DE REMANESCENTES DE QUILOMBOS DE NOVA ESPERANÇA DE CONCÓRDIA – ARQUINEC

Diretoria eleita em 18 de março 2006

Presidente Antonina Santana Borges

Vice-Presidente José Francisco Maciel

Secretária Enelda Marcos Pinheiro

Tesoureiro Gilberto Maria Santana Albuquerque

Data da última eleição da Diretoria

18 de maio de 2006

Grupo de Mulheres Fé e Esperança Comunidade de Santo Antônio

Fundado em agosto de 1985

Presidente Cátia Cilene do Carmo Loubé

Vice-presidente e secretária Sebastiana Belém da Silva

Tesoureira Norma Sueli Cordeiro da Costa

ASSOCIAÇÃO DE REMANESCENTES DE QUILOMBOS OXALÁ BUJARU – ARQUIOB

Diretoria eleita em 29 de dezembro de 2001

Presidente Felix Belém Albernás

Vice-Presidente Nicolau de Souza Londres

Secretário Rosinete do Carmo Loubé

Tesoureiro José Nelci Santiago Cordeiro

Conselho fiscal

Maximiliano das Neves Albernás

Junivaldo do Carmo Loubé

Lúcio Cordeiro da Silva

Data da fundação

29 de dezembro de 2001

Data da posse

4 de março de 2006

Projeto Nova Cartografia Social da Amazônia
Série: Movimentos sociais, identidade coletiva e conflitos

FASCÍCULO 11

Quilombolas de Bujaru e de Concórdia – Amazonas

Belém, outubro de 2006

ISBN: 85-86037-20-6

Projeto Editorial

Alfredo Wagner Berno de Almeida
(PPGSCA-UFAM, FAPEAM-CNPq)

Equipe da pesquisa

Rosa E. Acevedo Marin (UNAMAZ-NAEA/UFPA)
Rita de Cássia Pereira da Costa (UFPA/PPCS-UNAMAZ)
Patrícia Miranda Mendes (UFPA/NAEA)

Cartografia e mapas

Rita de Cássia Pereira da Costa
Patrícia Miranda Mendes
Rosa E. Acevedo Marin

Fotos

Patrícia Miranda Mendes
Rita de Cássia Pereira da Costa

Projeto gráfico

Design Casa 8
copyright © projeto gráfico, 2005
www.designcasa8.com.br



Igarapé Cravo, eixo da história das comunidades de Bujaru e Concórdia

Cortes no território quilombola de Bujaru



Prof^a. Sebastiana Belém (professora da Comunidade quilombola de Santo Antonio, Secretária da ARQUINEC) e Sra. Antonina Borges (Presidente da ARQUINEC) durante a Oficina realizada em 7 de maio de 2006

Há muito tempo indígenas, quilombolas, ribeirinhos vivem em Bujaru; eles se deslocavam para pescar, caçar, descobrir as terras do rio Capim, do Acará e do Moju. Nessa região intensificou-se o cultivo da cana de açúcar no século XIX e havia vários engenhos. Os engenhos Itaporanga, São Luis, São Joaquim, Nazaré, Santa Ana, Cateanduba estavam localizados no rio Bujaru; Noí, São Judas, Mutucu estavam a margem do igarapé Cravo. O engenho Sumauma situava-se na foz do igarapé João. A produção dos engenhos dependia do trabalho de escravos e de sitiantes.

Os quilombos formados por escravos fugidos, indígenas e desertores situavam-se nas cabeceiras dos igarapés Cravo, Dona, João, Curuperé. Desses engenhos ficaram algumas ruínas, seus donos abandonaram as terras. Muito diferente dos homens e mulheres que continuaram abrindo roças de mandioca, arroz, milho, feijão, caçando nas matas e pescando nos igarapés e rios, formando famílias e ocupando as antigas fazendas. Hoje eles demandam a titulação do território conquistado ante o avanço das fazendas.

Os territórios quilombolas e indígenas no Pará estão sendo profundamente modificados com a implementação de atividades econômicas: madeiras, mineradoras e agropecuárias; com a abertura de estradas, ramais, linhas elétricas, com a criação de novas cidades que acompanham os novos municípios. Assim não é possível fazer uma leitura simplificadora dessa história e falar exclusivamente da “ocupação recente do território paraense por frentes pioneiras” e do povoamento “por migrantes nordestinos”. Esta frase está na divulgação eletrônica do Governo do Pará sobre o município

de Concórdia do Pará e é repetida pelos técnicos do INCRA que elaboraram o Relatório Técnico de Vistoria das Comunidades Quilombolas de Santo Antonio, Ipanema, Igarapé Dona e Campo Verde que estão lutando pela titulação coletiva.

Fazendeiros, donos de cartório e técnicos pouco se importam em saber quem vive nessas terras? Há quanto tempo? Como ocuparam o território e os usos que realizam dos recursos? Que organização social, cultura e tradições compartilham as famílias? Como intervir na terra? Por volta de 1972, o INCRA entrou e começou a distribuir terras, titular e criou um assentamento em Bujaru. O Sr. Tibúrcio Valino da Costa falou o seguinte a respeito disto:

“Alguém dava uma galinha e pedia para o técnico cortar aqui, por aqui... Vários desses que tinham esses títulos até já morreram. Alguns venderam... Outros legalizaram. Eles não fizeram um estudo para fazer isso preventivamente. Algumas pessoas não tinham o título. Aqueles que não tinham pediam parceria. Por esta demarcação havia pessoas que não possuíam uma quantia de terra, mas quando vinham os técnicos, apontavam por onde passava o que seria seu e dava algum donativo, fosse porco, galinha e, era demarcado seu pedaço. Eles [os técnicos] não cortaram pico dos terrenos só vieram distribuindo marco (pedras de concreto). Então terras que eram de herdeiros passaram para as mãos de algumas pessoas”.

Mais recentemente, em 1999, o INCRA fez o loteamento e distribuiu títulos provisórios e definitivos na área discriminada e conhecida como Gleba Bujaru. Essas intervenções fizeram com que algumas pessoas se manifestassem favoráveis à titulação individual em áreas próximas e mesmo dentro do território quilombola. Na comunidade de Galho foi feito esse processo de regularização fundiária. Em Castanheiro o INCRA, favoreceu um processo de titulação individual. Neste setor passa uma linha que divide as terras sob a competência do INCRA e do ITERPA.

Recortes, desmatamentos e perdas

“Na cartografia queremos mostrar que os igarapés não estão sob nosso controle. Na nossa visão não existe igarapé de menor importância e todos necessitam conservar-se com vida. Aqui são os igarapés Cravo, Patateua, Curuperé, Ipanema; esse último ficou dentro do Projeto de Assentamento Nova Santa Maria, criado pelo INCRA, que faz fronteira na parte leste do território quilombola. Outros, como os igarapés Patateua e Castanheiro têm suas cabeceiras na fazenda de Luciano Almeida que vendeu para o Ex-Prefeito Miguel Bernardo da Costa. Houve até uma história de luta, em torno dessa compra, pois os vendedores, como Raimundo Chaves, Canuto Londres, Geraldo, Teotônio, venderam mais do que era deles”. **Sebastião P. da Costa**

“Quando o sindicato e a Igreja eram combativos a comunidade do Cravo impediu que essa demarcação chegasse até lá. Isso foi por volta de 1987. Foi na época dos padres, de Benezinho, da Colatina. Nessa ocasião ocorria a movimentação na Colatina, que tinha organização com apoio da Igreja e dos sindicatos. Eles nos prometeram apoio para resistir a demarcação que queria fazer o fazendeiro. Logo depois desse período, foi a fase do conflito no Tomé-Açu e Acará e que mataram Benezinho.

Dessa situação os moradores se reuniram em solidariedade e fé para proteger a terra da entrada do fazendeiro que tinha uma proposta ambiciosa de adquirir as terras que vinham do ramal da vila, passava pela comunidade de São Judas e Cravo, margeando o igarapé Cravo em direção a PA 140. Alguns moradores e os que tinham vendido apoiavam os fazendeiros e ameaçaram aqueles que contestavam. Diziam que o fazendeiro, Luciano Almeida ia trazer a federal.

O Luciano foi a policia e contou a dedo os recibos dados pelos que tinham vendido, ele tinha cinco recibos. Nessa área quem não vendeu foi Passarinho e Ermilo do Carmo, mas foram prejudicados, por que quando o Luciano veio com os técnicos do INCRA fazer a demarcação cortou terra de Ermilo do Carmo. Depois da luta o Luciano Almeida desmatou e tempo depois abandonou, deixou apenas um caseiro; depois alugou para o "Cearense". e muito tempo depois vendeu uma parte, só campina. Miguel Costa, que foi prefeito duas vezes comprou a fazenda do Luciano." **Felix Albernás**

Felix Belém Albernás amplia seu relato sobre os líderes nessa luta "o Maximiano era um dos líderes nesse processo e tomou parte das negociações no INCRA de Belém e Tomé-Açu. A área que hoje é a nossa Associação Luciano queria que fosse toda dele. Até o INCRA de Tomé-Açu, dizia também que nós não existíamos e no mapa do Inca a gente não existia. Depois disso deram alguns títulos. Nós não existia nem para o Luciano, nem para o INCRA, só que eles não sabiam da escritura antiga.

Mas, para expulsar Luciano foi preciso que as pessoas se reunissem. Por volta de uma duzentas pessoas, se armaram e esperaram por ele. Ele vinha sempre em horários diferentes, desta vez a maioria do grupo já tinha se desmobilizado. Mas mesmo assim deram um susto nele, deram a virar o carro no que ele se encontrava. Ele implorou para que não lhes fizessem nada que nunca mais voltava lá. Então o que fez ele ir embora não foi o INCRA que deu direito, ao agricultor, foi a pressão do povo. Os líderes dessa luta eram: Félix Vitorino, Ermilo do Carmo, Isaac do Carmo, Lourival Batista, Pedro das Neves Albernás, Maximiano Albernás, Levindo Filho Francisco, João Santana, Passarinho. Esses estavam contra os poderosos, só que no momento da pressão todas as comunidades vizinhas se mobilizaram e foi momento que foram para matar o Luciano." **Felix Albernás**

"Depois dessa história de luta os próprios que venderam e os herdeiros voltaram para parte da terra. Depois que o ex-Prefeito comprou afetou ainda mais, pois ele fez mais desmatamento, chegando até o igarapé Patateua. Dentro da fazenda do ex-prefeito ficam varias cabeceiras de igarapé. Na cartografia queremos mostrar que essa área toda foi desmatada, que o avanço do desmatamento até chegou às cabeceiras. As cabeceiras são muito importantes para quem mora abaixo delas. As cabeceiras foram desmatadas e isso foi uma perda da qualidade das águas". **Antonina Borges**

"O nosso território mudou um bocado. Agora aqui em Santo Antonio, o nosso território está menos prejudicado. Em outros lugares está muito prejudicado. A fazenda São Cristovão entrou e parece a ponta de uma faca que vai do igarapé Cravo até o ramal do Curuperé. Essa ponta dividiu o território. A idéia que nos tínhamos de domínio da terra era muito maior e agora que a gente pergunta: qual é o tamanho de nossa área? Fizemos uma pesquisa pela ARQUINEC e ficamos sabendo que a maioria não tinha o título de terra. A única forma é a titulação coletiva da terra." **Sebastião P. da Costa**



Comunidades Remanescentes de Quilombo de Bujaru e Concórdia do Pará



- Sede Municipal
- Comunidade
- Povoado
- ARQUINEC/ ARQUIOB
- ARQUINEC/ ARQUIOB
- Igreja
- Casa de Farinha
- Escola
- Cabeceira e/ou igarapé (morto)
- Território Quilombola
- Ponte sobre Igarapé
- Hidrografia
- Rio Bujaru
- Estrada não pavimentada (ramal)
- Estrada pavimentada
- Cemitério
- Fazenda
- Povoado com energia elétrica
- Projeto de Assentamento
- Campo de futebol
- Antigo Engenho de Açúcar
- Porto



Escala: 1:100.000

As lutas da ARQUINEC e da ARQUIOB

Nós fundamos a Associação de Remanescentes de Quilombos de Nova Esperança de Concórdia do Pará em dezembro de 2001. Nessa reunião participaram 150 pessoas. A Associação é formada pelas comunidades de Cravo, Igarapé Dona, Ipanema, Curuperé, Santo Antonio, Campo Verde, KM 35 e Castalzinho. Na ata da Assembléia de fundação lê-se: Com pesquisas feitas nos, nos auto definimos como Remanescentes de Quilombos no sangue e na cultura. Estavam presentes 53 pessoas.

“A nova conjuntura requer participação e coletividade”. Este é o argumento sobre o porquê estão organizados em Associação e a importância da autonomia do movimento (Ata da Assembléia Geral de janeiro de 2004). Nessa reunião entraram como membros da ARQUINEC as comunidades de Nossa Senhora do Perpetuo Socorro, Km 35 e Santa Lúzia do Castanhalzinho. Também em 2001 foi fundada a Associação de Quilombos Oxala de Bujaru formada pelas comunidades quilombolas de São Judas, Sagrada Família e Bom Sucesso.

Reuniões, audiências, oficinas para defender a titulação

“Segundo o Relatório do INCRA o “território visorizado” das comunidades quilombolas de Santo Antonio, Campo Verde, Dona e Ipanema pela parte Norte, Sul e Leste confronta com “terras da União”. Na verdade, nessas terras existem a comunidade do Galho, na parte Sul e Castanheiro, no leste, que tem conhecimento sobre o debate para realizar a titulação. Mas, o INCRA e, em parte, o ITERPA as incluíram no processo de regularização fundiária, como de titulação individual”.

“Algumas dessas, como Galho, Igarapé João e Arapiranga estavam interessadas no coletivo, mas foi apressada a regularização nessa área. A maior área é a do Cravo, mas também é a mais complicada, e onde existe uma minoria que não se assume, são aqueles que têm título individual dado pelos órgãos fundiários. Também, tem uma parte que é gente vinda de fora, são aqueles que compram a terra exploram e depois querem vender e por isso eles são contrários à titulação coletiva. Pelo menos sete famílias não concordam com o título coletivo”.

A mobilização sobre a titulação coletiva, o território e o auto-reconhecimento tem sido intensa. “Aqui veio gente do INCRA do Programa Brasil Quilombola. Foi definido que o INCRA faria trabalho com a equipe técnica para fazer delimitação e reconhe-



Sebastião Pereira da Costa mostra o mapa do Pará indicando os municípios de Concórdia e Bujaru.

cimento. Só que está demorando, parece que é a propósito. Outro momento veio o INCRA; veio para esclarecer, mas, ocorre que algumas famílias estão decidindo que não querem titulação coletiva na base de pressão, das influencias e isso necessita ficar muito claro". **Sebastião Pereira da Costa**

"A Audiência Pública realizada no 3 de novembro de 2005 no Sindicato de Comerciantes de Concórdia – SIACOM tinha gente de outros municípios. O INCRA suspendeu as cestas básicas, do Programa Fome Zero. Essa decisão também confundiu as pessoas sobre a atuação da ARQUINEC. Em todas as outras reuniões que tem ocorrido têm sido discutida a questão do território. No dia 19 de janeiro de 2006 em Tomé-Açu e no dia 21 de junho foi a reunião da Diretoria da ARQUINEC com a Secretaria de Educação. Em novembro de 2005 realizou-se uma oficina de trabalho em Tomé-Açu organizada pelo INCRA para decidir como trabalhar as áreas".

Nós constatamos que as terras estão sendo comercializadas, as áreas ameaçadas. São os piauienses, os paraíbas ... Eles estão entrando ali e depois vendem terras e vão concentrando a terra. Como na área do Castanhalzinho. Isso começa a aumentar depois que se organizou a ARQUINEC. Depois da questão do título, aumentou o desmatamento.



Quilombolas elaboram o croqui de sua comunidade.



O Sr. Tiburcio Valino da Costa ao lado do mapa elaborado por técnicos do INCRA.

Elaboração do croqui da comunidade de Cravo.



Trabalhar pela titulação coletiva

“Queremos a Cartografia para recuperar esse espírito de coletividade, de usar a terra com equilíbrio. Certo que o grupo aumentou e o grupo quer garantir seu território e reaver o que era antes. Por isso queremos chamar a todos para lutar pela titulação do território quilombola. Em primeiro lugar são os Vereadores e os Ex-vereadores; o Secretário do Meio Ambiente, pois o território está sendo desmatado e os rios e igarapés estão morrendo. Em segundo, as lideranças que são ou não assumidos como quilombolas. Eles têm vínculo com o Secretário, com a Prefeitura, com o Sindicato, com o Vice-Prefeito. Alguns deles têm a mesma formação e história nossa. Eles podem mudar e almejar algo diferente. Em terceiro são bem recebidos os presidentes de comunidade, delegados, do Sindicato Rural. Ainda queremos ter apoio do prefeito de Bujaru. Em quarto, são chamadas para a titulação coletiva aquelas pessoas que não tem documento, mas querem o título individual. Hoje eles não se reconhecem, mas podem mudar de idéia e se somar a nós. Em quinto, as pessoas que têm o título e temem que a titulação coletiva lhes retire seus direitos.

A prioridade da ARQUINEC e da ARQUIOB é trabalhar o restante das áreas. O INCRA deve voltar nas áreas. O INCRA prometeu fazer o relatório dessas áreas. O importante é ter áreas contínuas dentro do próprio território.



Oficina de Cartografia e território quilombola



Croqui da comunidade de Timboteua-Cravo.

CONTATOS

ARQUINEC

Associação de Remanescentes de Quilombos
de Nova Esperança de Concórdia
Comunidade de Santo Antonio
PA 140 ramal do Km 39
68678-000 Concórdia do Pará PA
91.9178-4461 9135-5511 (Escola de Santo Antônio)

ARQUIOB

Associação de Remanescentes de Quilombos
Oxalá Bujaru
Comunidade de São Judas
PA 140 ramal do Km 29
68670-000 Bujaru PA

A titulação coletiva é importante para:

Proteger e recuperar as cabeceiras de nossos igarapés, antes que todos morram. Para evitar que desmatem e transformem a terra em pastagens. Evitar que os fazendeiros “fechem os caminhos” como já ocorreu na fazenda do Dr. Jadiel, além do que nos somos obrigados a passar por meio dos bois. Impedir que nossos parentes, vizinhos vendam seus lotes para os fazendeiros e percam mais do que ganhem nesses negócios. Os próprios que venderam têm filhos dentro da área. Os que lutaram nos anos 80 também têm filhos morando na área e na ARQUINEC e ARQUIOB. Também para parar com as divisões e conflitos que a demora da titulação esta provocando e que consigamos manter nossa organização. Alguns estão sendo obrigados a sair da área pelos desentendimentos no período de vistoria. Na reunião de 27 de agosto de 2005 com o INCRA havia gente do Cravo e Curuperé, o presidente do Sindicato de Concórdia e a Tesoureira do Sindicato. Esse grupo se posicionou, entregando um abaixo assinado ao INCRA, para que salvaguardasse o título ou sua área individual. Assinaram doze (12) pessoas de Cravo, Curuperé e Curuperezinho. A partir dessa Assembléia foi designado o perito do INCRA e nesse trabalho houve conflitos. Algumas pessoas manifestaram temor de perder a terra com a titulação coletiva. O que de fato ocorre é a existência de interesses e vínculos políticos que interferem neste momento e põem duvidas sobre a proposta de titulação coletiva e do trabalho das Associações. Ainda para favorecer um sentimento positivo em relação as nossas Associações (ARQUINEC e ARQUIOB) que realmente representam nossa história e interesses.

A atuação da ARQUINEC e ARQUIOB tem sido a união de homens e mulheres. Muitas das mulheres que hoje estão na Associação participaram do Movimento das Mulheres do campo e da Cidade de Bujaru e Concórdia, fundado em 1967, atuaram no Movimento de Educação de base, nos sindicatos, na Pastoral da Terra. Igualmente a titulação coletiva é importante para esclarecer e acabar com os desentendimentos, evitar as ameaças que recebem os que defendem o “coletivo” e os que trabalham nas terras de pessoas contrarias a titulação coletiva. Ao longo dos anos as comunidades quilombolas elaboraram regras para viver e usar dos recursos desse território. O medo de que com a titulação coletiva alguém vira “meter a mão na tua terra” foi criado pelos que são contra e usam esse argumento para defender o título individual. Na titulação coletiva há regras e estratégias para esse uso. A campanha da titulação individual oferece aos que nela acreditam: casas, créditos, estradas. As cestas básicas acabam, são suspensas, mas tendo a terra não passaremos fome.

Com a titulação podemos resolver, de uma vez por todas, problemas que foram e são muito estimulados pela intervenção de órgãos fundiários, assistências e de políticos. As comunidades e suas organizações necessitam ter autonomia, colocando-se fora do campo de disputas e interesses políticos paralelos. Portanto, a titulação coletiva é refletir os problemas do presente e do futuro e quer garantir seu território: o que era antes.

Fizemos a cartografia das comunidades quilombolas de Concórdia e Bujaru para recuperar esse espírito de coletividade, de usar a terra com equilíbrio.

Projeto Nova Cartografia Social da Amazônia (Fundação Ford)

Série: Movimentos Sociais, Identidade Coletiva e Conflitos

- | | |
|-----------------------------------------------------|-------------------------------------------------|
| 1 Quebradeiras de coco babaçu do Piauí | 7 Quilombolas da ilha de Marajó |
| 2 Quebradeiras de coco babaçu do Mearim | 8 Quilombolas do Maranhão |
| 3 Quebradeiras de coco babaçu do Tocantins | 9 Quilombolas do Baixo Amazonas |
| 4 Quebradeiras de coco babaçu da Baixada Maranhense | 10 Quilombolas atingidos pela Base de Alcântara |
| 5 Quebradeiras de coco babaçu do Pará | 11 Quilombolas de Bujaru e Concórdia |
| 6 Quebradeiras de coco babaçu de Imperatriz | 12 Mulheres do arumã do Baixo Rio Negro |

REALIZAÇÃO

Associação de Remanescentes de Quilombos de Nova Esperança de Concórdia
ARQUINEC

Associação de Remanescentes de Quilombos Oxalá Bujaru
ARQUIOB

APOIO



Associação Bujarense de Agricultores e Agricultoras
ABAA

